

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Iguaçu



mapadca

Mapa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Iguaçu

Questionários preenchidos a partir das discussões da Coama e aprovados pelo CMDCA-Nova Iguaçu em 09/10/2014.



Projeto
Construindo em Rede



Apoio





Relatório da avaliação da situação da Criança e do Adolescente no município de Nova Iguaçu.

Este relatório apresenta a avaliação da situação da criança e do adolescente na cidade de Nova Iguaçu, de acordo com o que foi preenchido na plataforma *online* MapaDCA

Outubro/2014

Realização



**OFICINA
DE IMAGENS**

Parceiro



Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Iguaçu

Presidente: Thiago de Souza Pereira*
Vice-Presidente: Solange da Silva Brito**
Secretária: Nair Rabelo Chagas

Representantes Governamentais
Secretaria Municipal de Educação

Titular: Marilene Cecília Ramos
Suplente: Luciana Costa da Silva

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Titular: Antonio Carlos Beserra da Silva
Suplente: Ubiraci Lima de Azeredo

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Luiz Carlos da Silva Pereira
Suplente: Ruty Valentim Doro

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Thiago de Souza Pereira
Suplente: Ricardo de França e Silva

Secretaria Municipal de Governo

Titular: Nair Rabelo Chagas
Suplente: Bernadete Lodi de Aquino

Representantes Não-Governamentais
Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Primavera e Adjacências

Titular: Solange da Silva Brito
Suplente: Aparecida Maria da Silva Pereira

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Titular: Marcos Rodrigues dos Santos
Suplente: Priscila Monteiro Soares

Lar Fabiano de Cristo

Titular: Beatriz de Oliveira Libório
Suplente: Elaine da Silva Barriolo

Sociedade Integrada de Jardim Ocidental e Adjacências - Sijo

Titular: Gilberto Carlos dos Santos
Suplente: Katya Rosa de Souza Labanca

Fé e Alegria - Centro Social de Educação e Cultura - Marambaia

Titular: Maria Angélica Auxiliadora Melanio Pinheiro
Suplente: Simplicio Rodrigues Rosa Filho

**Membros da Comissão Temporária de Acompanhamento,
Monitoramento e Avaliação do PMPI-Nova Iguaçu (Coama)**

Representantes Governamentais

Luiz Carlos da Silva Pereira
Antonio Carlos Beserra da Silva

Representantes Não-Governamentais

Beatriz de Oliveira Libório
Maria Angélica Auxiliadora Melanio Pinheiro

Outros

Adriana Adão Cordeiro dos Santos (CT Vila de Cava)
Alcy Maihoni Rodrigues (FPP de Educação)
Alessandra Maia Ferreira (Semed)
Ana Cristina Monteiro de Almeida (CT Centro)
Cosme Sigolis da Silva (CT Centro)
Enir de Oliveira Pinto Neves (Semed)
Leobaldo Fernandes Victorino (ACTNI/CT Cabuçu)
Nair Rabelo Chagas (CMDCA)
Sheila Silva de Lima Costa (CME)

Preenchimento na plataforma online

Nair Rabelo Chagas (Secretária do CMDCA)
Andréa de Oliveira Salustriano de Souza (Articuladora do Projeto Construindo em Rede).

**Equipe do Projeto Construindo em Rede: Acompanhamento,
Monitoramento e Avaliação do PMPI-Nova Iguaçu**

Edson Cordeiro dos Santos – Coordenador
Andréa de Oliveira Salustriano de Souza – Articuladora
Flavio Médici da Silva – Articulador

Sumário

7

Apresentação

9

Sobre Nova Iguaçu

11

Sessão: CMDCA

13

Sessão: Conselhos Tutelares

16

Sessão: Vida, Saúde e Alimentação

21

Sessão: Educação e Profissionalização

26

Sessão: Cultura, Esporte e Lazer

29

Sessão: Assistência Social

33

Sessão: Violência, Abuso e Exploração Sexual

35

Sessão: Trabalho Infantil

38

Sessão: Medidas Socioeducativas

43

Sessão: Convivência Familiar e Comunitária

Apresentação

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da Comissão Temporária de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância e da parceria do Projeto Construindo em Rede, apresenta o Relatório do Mapa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Iguaçu – MapaDCA.

Segundo o portal da ONG Oficina de Imagens, o MapaDCA “é uma plataforma *online* gratuita e de livre acesso, criada para facilitar o levantamento de informações que possibilitem conhecer a realidade de crianças e adolescentes nos municípios e orientem a formulação de políticas públicas. Com interface simples e de fácil manuseio, o MapaDCA permite definir indicadores importantes sobre a infância e a adolescência com base em um roteiro de perguntas que abrange os diversos direitos previstos nas leis, planos e resoluções”.

“Desenvolvido desde 2007, o MapaDCA é uma iniciativa da Oficina de Imagens, por meio do Programa Novas Alianças e do Instituto C&A”.

A elaboração deste documento faz parte dos objetivos do Projeto Construindo em Rede: Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Nova Iguaçu devido a sua importância para a formulação de políticas públicas para a infância e adolescência na cidade, bem como para o cumprimento das ações do PMPI-Nova Iguaçu.

O referido Projeto está vinculado à proposta da Rede Nacional Primeira Infância e foi aprovado pelo Instituto C&A. Concebido pela Solidariedade França-Brasil – SFB, articulado com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Associação de Conselheiros Tutelares, Núcleo de Creches e Pré-Escolas Comunitárias da Baixada Fluminense, entre outros.

No processo de pesquisa para elaboração deste relatório nos deparamos com a inexistência de muitas informações, fato este já constatado quando da elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, o que ratifica a imperiosa necessidade de se buscar a produção de dados sobre as políticas públicas implementadas na cidade.

Ainda assim, pudemos acessar muitas informações relevantes, sempre com a participação dedicada dos membros da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PMPI, dos demais membros do CMDCA e de outros agentes públicos das Secretarias Municipais, da Subsecretaria dos Conselhos Municipais e dos Conselhos Tutelares.

Por fim, os questionários foram preenchidos a partir das discussões da Coama e aprovados pelo CMDCA-Nova Iguaçu em 09/10/2014.

Sobre Nova Iguaçu

Área
521.247 km²

População (Estimativa 2014)
801.746 habitantes

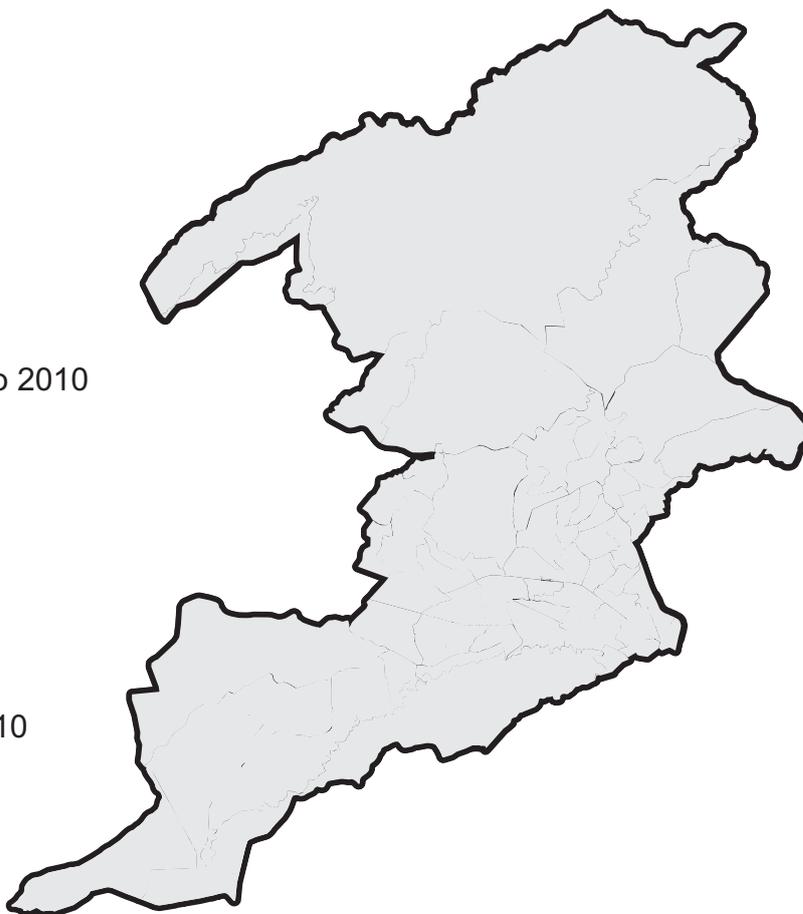
Taxa de Natalidade - 2010
9.931 nascidos vivos

População 0-17 anos - Censo 2010
235.958 habitantes

Taxa de urbanização
98.67 %

IDH - 2000
0.713

Densidade Demográfica - 2010
1527.6 hab./km²



Sessão: CMDCA

Estrutura Organizacional

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) possui alguns avanços no que tange à sua estrutura, mas é preciso avançar mais para que sejam assegurados fatores importantes à sua organização e ao exercício de suas atribuições. O comprometimento da prefeitura e a garantia de recursos do orçamento público são fundamentais nesse processo.

Desde que o CMDCA foi implementado, ele nunca interrompeu as suas atividades, o que permitiu a continuidade do trabalho e a garantia de uma maior participação da sociedade civil na construção das políticas da infância e adolescência. Além dessa continuidade, os conselheiros de direitos do município demonstram um compromisso com a melhoria de vida da população de 0 a 18 anos, pois são, em sua maioria ou totalidade, atuantes e frequentes nas plenárias, eventos e reuniões do CMDCA. O Conselho ainda possui regimento interno, instrumento importante para orientar o trabalho e definir questões e regras de funcionamento fundamentais à sua dinâmica interna.

O conselho de direitos é organizado por comissões temáticas que facilitam a divisão das tarefas internas. As comissões podem ser permanentes ou temporárias e são fundamentais para realização de tarefas, como, por exemplo, a realização das eleições dos CTs e a gestão dos recursos do Fundo.



Um ponto negativo é que o CMDCA não conta com o apoio de uma secretaria executiva para os encaminhamentos, suporte e organização do seu trabalho. A existência de alguns equipamentos e materiais é essencial para a execução do seu trabalho. O conselho de direitos do município possui computador com *internet*, material de escritório e serviço de correios, mas é preciso garantir também: sala de reuniões exclusiva, fotocopiadora e espaço físico adaptado a pessoas com deficiência.

Os conselheiros do município recebem algumas capacitações, o que é importante para que eles esclareçam dúvidas sobre suas funções e atribuições e aprimorem o desempenho de suas atividades. Mas é importante continuar investindo nos momentos formativos, pois um CMDCA bem formado e informado é condição primária para a realização de um trabalho eficiente pela proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes. É importante lembrar que há sempre atualizações nas leis, mudanças no desenho das políticas públicas, além do desenvolvimento de pesquisas que podem dar novos subsídios para o trabalho dos conselheiros.

Sessão: CMDCA

Atribuições

No que tange às suas atribuições, o CMDCA apresenta alguns resultados, mas ainda é preciso avançar para que tenha ações mais eficazes e conselheiros esclarecidos sobre os papéis que devem exercer. Todas as atribuições e funções do conselho de direitos são elencadas na resolução 106/2005, do Conanda. Dentre elas está a divulgação e promoção das políticas e práticas bem sucedidas. É importante que o CMDCA registre e dê publicidade às suas atividades para obter reconhecimento da população e também para difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a fim de gerar a transformação necessária para a garantia dos direitos da infância e adolescência. Para tanto, quanto mais diversificados os meios de divulgação, melhores os resultados. Em Nova Iguaçu, o conselho dos direitos torna suas atividades públicas por meio de atas de reuniões, resoluções e outras normativas e outros documentos.

Segundo Resolução 106/2005 do Conanda, outra função crucial para o CMDCA é a elaboração do diagnóstico da situação da infância e adolescência, que vai tornar possível conhecer e discutir os problemas, as ameaças e violações dos direitos de meninos e meninas, bem como as potencialidades locais. O diagnóstico é fundamental para definir prioridades e subsidiar a elaboração do Plano de Ação, que vai dar as diretrizes das políticas públicas para crianças e adolescentes. Nesse aspecto, o conselho de direitos de Nova Iguaçu possui avanços, mas ainda é preciso melhorar alguns pontos. O diagnóstico não é realizado regularmente, o que faz com que as informações sobre a realidade da infância e adolescência fiquem



muitas vezes desatualizadas. Além disso, o Plano de Ação é elaborado em média a cada três anos. É preciso analisar e rever se esse prazo está sendo suficiente para propor políticas que estejam atualizadas de acordo com a realidade local.

O CMDCA exerce uma de suas atribuições centrais que é o registro das entidades e inscrição dos programas que executam ações de promoção, garantia ou defesa dos direitos da criança e do adolescente. Para a realização dessa ação, é importante que o CMDCA verifique a adequação das entidades e dos programas às normas e princípios do ECA, assim como as suas condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, seu plano de ação, sua regulamentação e a idoneidade de seus funcionários.

Como se trata de um órgão deliberativo e articulador das ações e políticas relacionadas à população de 0 a 18 anos, o CMDCA funciona como uma instância central no papel de articulador e coordenador do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD). Para tanto, o conselho de Nova Iguaçu exerce bem sua função, já que trabalha conjuntamente com o SGD de forma a acompanhar, avaliar, deliberar e controlar as suas ações de promoção e defesa dos direitos da infância e adolescência.

Sessão: Conselhos Tutelares

Estrutura Organizacional

Os Conselhos Tutelares têm uma estrutura organizacional razoável. Sua criação e parte de sua estrutura estão em conformidade com as normativas, mas é preciso avançar para que os CTs tenham boas condições de exercer seu trabalho.

Alguns pontos se destacam. De acordo com o artigo 132 do ECA, cada município deve ter, no mínimo, um Conselho Tutelar (CT). Nova Iguaçu cumpre com essa obrigação, mas é preciso verificar se o número de CTs é suficiente para atender toda a população. De acordo com a Resolução 139/2010 do Conanda, é preciso que haja um Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes. Conforme verificamos na tabela abaixo, Nova Iguaçu não cumpre esta recomendação, pois possui um Conselho Tutelar para cada 159.251 habitantes.

Além de o município garantir esse órgão de caráter permanente e autônomo, encarregado pela sociedade por zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, os CTs do município possuem sistema de plantão, o que permite ao cidadão o acesso aos seus serviços em situações de emergência.

Apesar disso, a acessibilidade da população não é completa porque apenas alguns CTs possuem boa localização, fator que deve ser revisto e solucionado o quanto antes.

Todos os Conselhos Tutelares do município possuem cinco conselheiros atuantes, conforme previsto no artigo 132 do ECA, e também suplentes suficientes para cobrir as vacâncias. Segundo a resolução 139/2010 do Conanda, os candidatos mais votados serão nomeados conselheiros titulares e os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação. Caso não haja suplentes, o CMDCA deverá convocar eleição suplementar para preenchimento das vagas.



O processo de escolha e candidatura dos conselheiros tutelares de Nova Iguaçu está de acordo com as diretrizes do Conanda, que diz que a eleição desses membros deverá ser mediante sufrágio universal e direto e por meio do voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município, sendo a candidatura realizada individualmente.

Os conselheiros tutelares do município têm sua contratação prevista em lei, conforme recomendado pelo ECA, recebem mais de um salário mínimo (R\$1.800,00), mas não tem todos seus direitos trabalhistas garantidos. Todos esses requisitos são importantes para oferecer condições dignas de trabalho aos membros do CT e para garantir os direitos previstos na lei de nº 12.696, que diz que os conselheiros tutelares devem ter cobertura previdenciária, férias anuais remuneradas, licença maternidade e paternidade e gratificação natalina. Como o município ainda não garante todos os direitos trabalhistas, é preciso rever essa situação o quanto antes e prever no orçamento público municipal verbas específicas para isso.



Sessão: Conselhos Tutelares

Infraestrutura

Os Conselhos Tutelares têm infraestrutura razoáveis, mediana. Suas condições de funcionamento têm alguns pontos a serem destacados para que se busque contemplar alguns importantes quesitos.

Apenas alguns Conselhos Tutelares do município possuem sala reservada para realizar atendimento dos casos de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados. O município, no entanto, precisa garantir que todos tenham esse espaço, crucial para garantir o direito ao respeito de meninos e meninas, que consiste na inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas específicas de proteção levarão em conta a privacidade, ou seja, a promoção dos direitos e proteção da população de 0 a 18 anos deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reservada sua vida privada.

Nova Iguaçu disponibiliza aos CTs materiais de escritório e equipe de apoio para serviços administrativos, o que facilita o trabalho desenvolvido pelos conselheiros e propicia condições para um melhor desempenho. Todos os Conselhos Tutelares do município possuem computador, mas apenas alguns têm *internet*, o que pode dificultar a execução do trabalho daqueles que não possuem a ferramenta. O computador facilita a produção de relatórios, ofícios, notificações e encaminhamentos, mas sem



internet, o CT deixa de ter acesso a muitas informações, perde um importante meio de comunicação com a rede da infância e fica impossibilitado de utilizar o Sopia - sistema nacional de registro e tratamento de informação sobre a promoção e defesa dos direitos fundamentais preconizados no ECA.

Ter telefone fixo e celular é crucial para a comunicação do Conselho Tutelar com a população e com o próprio SGD da infância. Embora todos os CTs do município tenham telefone fixo, nenhum possui celular, o que prejudica a comunicação dos conselheiros quando estão em sistema de plantão ou fora da sede do trabalho.

Os CTs contam com veículo próprio, o que facilita a sua mobilidade e permite que eles façam seu trabalho de forma mais eficiente em áreas mais distantes.

Nova Iguaçu deve providenciar a todos os Conselhos Tutelares apoio técnico, já que este é oferecido apenas para alguns. Este apoio é imprescindível para boa parte das deliberações do CT e para auxiliá-lo no acompanhamento dos casos por ele encaminhados.

Sessão: Conselhos Tutelares

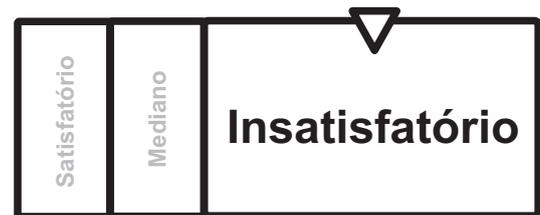
Atuação e Atribuições

No que se refere a sua atuação e atribuição, os conselhos tutelares de Nova Iguaçu apresentam condição insatisfatória, pois precisam avançar consideravelmente para que alguns pontos importantes estejam em conformidade com as normativas e leis.

Enquanto o CMDCA registra as entidades que atendem crianças e adolescentes, o conselho tutelar, de acordo com o art. 95 do ECA, é um dos responsáveis por fiscalizá-las, a fim de constatar se há alguma irregularidade ou violação dos direitos de crianças e adolescentes. Em Nova Iguaçu os CTs não cumprem com essa importante atribuição, pois fiscalizam as entidades de atendimento apenas quando são acionados. Isso precisa ser revisto, pois esse cuidado é básico para assegurar a proteção integral da população de 0 a 18 anos. Apenas alguns Conselhos Tutelares do município trabalham em conjunto com o CMDCA, o que prejudica a dinâmica do trabalho desses dois órgãos que objetivam a efetivação das políticas públicas e do ECA.

Além de atender e encaminhar, o Conselho Tutelar tem a incumbência de ser agente de transformação social, apontando as questões vividas pela comunidade, assim como o que seria necessário em termos de atendimentos. Nesse sentido, os CTs do município precisam cumprir melhor sua atribuição, pois apenas às vezes enviam ao CMDCA, Ministério Público e Juizado relatórios referentes aos casos atendidos, demandas e deficiências da rede de serviços de proteção à criança e ao adolescente, deixando-os desatualizados sobre a situação e realidade local.

Somente às vezes os conselheiros tutelares do município tomam suas decisões de forma colegiada, o que pode tornar os resultados do trabalho menos eficientes. Afinal, as decisões individuais prejudicam a discussão dos casos, a troca de experiências, o exercício prático do diálogo e a corresponsabilidade das decisões.



O Sipia é um sistema nacional e informatizado de registro e tratamento de informação sobre a promoção e defesa dos direitos fundamentais preconizados no ECA, que agora também tem a versão na *web*. Alguns CTs do município conhecem esse sistema, mas nunca o utilizam. Para melhorar a atuação dos CTs, o CMDCA deverá buscar a instalação do sistema do Sipia e a formação dos conselheiros para seu uso. O Sipia facilita a atuação do CT e potencializa a incidência dos profissionais do SGD na qualificação da política para a infância e a adolescência.

Apenas alguns Conselhos Tutelares do município exercem a atribuição de registrar os casos atendidos de crianças e adolescentes que têm seus direitos ameaçados e violados e monitoram o encaminhamento desses casos. O registro é importante para que se tenha uma dimensão e um panorama das situações mais frequentes de violência contra a infância e adolescência, mas também para tornar possível o acompanhamento dos casos, que permite que os CTs tenham conhecimento dos resultados alcançados e da qualidade do trabalho da rede de atendimento.

Somente às vezes são oferecidas capacitações para os conselheiros tutelares, o que precisa melhorar. Os espaços formativos são de extrema importância para que os conselheiros tenham esclarecimentos sobre as suas atribuições, dúvidas e aquisição de novas informações. É importante lembrar que há sempre atualizações nas leis e mudanças no desenho das políticas públicas.

Sessão: Vida, Saúde e Alimentação

Rede de Atenção no Município

Nova Iguaçu possui boa estrutura de atendimento à saúde, condição primordial para a busca efetiva de serviços qualificados e para a garantia do direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes. A rede de atenção à saúde do município conta com os seguintes equipamentos: unidades básicas de saúde, laboratórios, hospitais, clínicas especializadas, Samu e outras. E ainda: Maternidade, Unidade Mista de Saúde, UPA - Unidade de Pronto Atendimento, clínicas particulares.

Além disso, possui o Programa de Agentes Comunitários com número de agentes suficiente ao recomendado pelo Ministério da Saúde (MS). O Pacs hoje faz parte da Estratégia Saúde Família e os seus agentes assumem um papel importante no diagnóstico das condições de saúde e moradia da população, na identificação de áreas de risco, no cadastramento de famílias, dentre outros. Um ponto a se destacar é que, além de ter um número adequado de agentes comunitários, Nova Iguaçu disponibiliza a todos eles os equipamentos e materiais necessários ao exercício do seu trabalho.

A rede de atenção básica do município conta com o trabalho de equipes da Saúde da Família, elemento chave para a busca de comunicação e troca de experiências entre profissionais da saúde e comunidade. Além de serem compostas por um mínimo de profissionais, que, segundo o MS, deve contar com um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e 6 agentes comunitários, as ESFs do município também possuem Equipe de Saúde Bucal integrada.

As equipes Saúde da Família são apoiadas pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), que é composto por profissionais de



diferentes áreas de conhecimento, incluindo médico pediatra, que dão suporte ao trabalho da atenção primária à saúde. As ESFs atendem conforme o número de pessoas recomendado pelo Ministério da Saúde e conseguem alcançar todas as regiões do município.

Todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município possuem infraestrutura adequada, mas somente algumas têm materiais e equipamentos suficientes. É preciso garantir recursos no orçamento público para que todas as UBSs tenham os instrumentos de trabalho necessários para oferecer atendimento de qualidade à população. Em alguns casos, o MS pode cofinanciar esse investimento. Por meio do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, as UBS são avaliadas e os municípios recebem mais recursos financeiros do MS, conforme resultados alcançados.

O Sistema de Saúde do Município não conta com um número suficiente de ambulâncias. É preciso que isso seja solucionado o quanto antes, pois a ambulância faz parte de um serviço de emergência e, portanto, são essenciais à população. A atenção à saúde do município ainda conta com estrutura de média e alta complexidade, importante para dar suporte a problemas e agravos que demandam uma maior tecnologia e maiores recursos para serem solucionados.

Sessão: Vida, Saúde e Alimentação

Atenção a Saúde da Gestante

Antes mesmo de a criança nascer, ela já tem direitos estabelecidos, o que pode ser chamado de direito do nascituro. Para garantir as condições adequadas à mãe e ao bebê, o acompanhamento e a atenção à saúde da gestante são cruciais. Nesse aspecto, Nova Iguaçu apresenta condições satisfatórias, com pontos importantes a serem destacados.

A assistência ao pré-natal e atenção à gravidez de risco são ofertados pelo município. O pré-natal é importante para garantir a saúde da gestante e do bebê, assim como o acompanhamento do seu desenvolvimento e o diagnóstico de intercorrências clínicas e/ou obstétricas. Os casos de gravidez de risco exigem práticas preventivas mais específicas e deverão contar sempre com apoio de profissional especializado.

As equipes de saúde do município realizam partos e fazem o acompanhamento do puerpério das gestantes, que é o período dos primeiros 42 dias pós-parto. A assistência médica nesse período é importante devido às mudanças do corpo da mulher, que está mais propensa a riscos de infecção e danos psicológicos. A atenção a essa fase evita



complicações pós-parto e deixa a mulher mais preparada para os cuidados com seu bebê.

Um ponto a se destacar no município é a realização de campanhas para prevenção da gravidez na adolescência, importantes na conscientização sobre planejamento familiar, direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, a gravidez precoce pode acarretar alguns riscos, tanto fisicamente, já que o corpo da adolescente está em desenvolvimento, quanto no aspecto emocional e social.

Apesar da prevenção, o sistema de saúde do município é falho, pois oferece ações e programas específicos que não são suficientes para atender à demanda de todas as mães adolescentes. É preciso que sejam feitos investimentos para garantir serviço especializado para todas as jovens.

Saúde da Criança e do Adolescente

A saúde da criança e do adolescente em Nova Iguaçu ainda precisa melhorar alguns indicadores, que estão piores quando comparados aos nacionais. É preciso que haja um esforço concentrado na organização da assistência à população infantil, capaz de contemplar o atendimento básico e o cuidado integral à saúde da criança e do adolescente.

A mortalidade infantil é um importante indicador que mede o risco de uma criança morrer no seu primeiro ano de vida. A taxa é



calculada em um período de 12 meses e consiste no número de mortes de crianças com até um ano de idade por cada mil

Sessão: Vida, Saúde e Alimentação

nascidas vivas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o índice considerado aceitável é de 10 mortes para cada mil nascidos vivos. A taxa de mortalidade infantil do Brasil foi 13,5% de Nova Iguaçu foi 18,25% (Dados ano 2013). As taxas do município de hospitalização por pneumonia e desidratação em crianças de até cinco anos de idade foram, em 2013, respectivamente, 8% e 0,4%. Para o Brasil, em 2009, as mesmas taxas, calculadas para cada mil crianças nessa faixa-etária, foram 12,9 e 5,2. Reduzir os indicadores de hospitalização por pneumonia e desidratação em crianças dessa idade é importante por se tratar de doenças com grande ocorrência e que, sem o devido cuidado, podem ter complicações sérias.

A desnutrição infantil é um problema normalmente associado à pobreza e à desigualdade, que pode afetar o crescimento e desenvolvimento cognitivo, além de aumentar os riscos de uma série de doenças e ser um fator expressivo de mortalidade de crianças. Por isso, a segurança alimentar e nutricional é uma questão básica da saúde para a infância. Em 2013, a porcentagem de crianças de até dois anos desnutridas no seu município foi de 0,6% (Fonte: Siab Total de Crianças/2anos, sendo 43.485 crianças pesadas e 227 desnutridas). Para o ano de 2009, a taxa do Brasil foi 1,8%.

Um ponto positivo a favor do município que se refere tanto a essa questão, quanto a outras ligadas à alimentação e nutrição, é que sempre há ações de promoção à saúde e prevenção de doenças relacionadas a esse campo.

Somente às vezes o município realiza atividades educativas para prevenção de problemas odontológicos. Além disso, o atendimento nessa área é ofertado apenas

para algumas crianças e adolescentes, o que precisa ser revisto. Garantir a saúde bucal é importante para o bem estar de meninos e meninas e para prevenir doenças, como cáries, inflamação de gengiva e outras.

A vacinação é a maneira mais eficaz de evitar diversas doenças imunopreveníveis. Nesse aspecto, o município apresenta bons resultados, pois garante a oferta de todas as vacinas do calendário das crianças e adolescentes. Em 2013, a porcentagem de crianças com esquema vacinal básico em dia foi de 63,53%.

Os adolescentes, femininos e masculinos, têm acesso a métodos contraceptivos, o que facilita a proteção das doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce e indesejada. Além disso, o município realiza atividades direcionadas aos jovens para prevenção das DSTs, o que contribui para o esclarecimento de dúvidas e cuidados relacionados à sexualidade.

O município oferece atendimento específico com equipe multidisciplinar para crianças e adolescentes com transtornos mentais. Vale lembrar que o Ministério da Saúde, por meio da Política Nacional de Saúde Mental, propõe um modelo de rede de serviços e equipamentos variados que busca garantir cuidados específicos e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais. Essa rede deverá seguir parâmetros específicos para cada município, a depender do porte populacional. Além de oferecer o atendimento, as famílias são integradas ao tratamento da criança e adolescente com transtornos mentais e há atividades de inclusão social desses meninos e meninas, buscando consolidar um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária e garantindo um direito básico, que é o da convivência familiar e comunitária.

Sessão: Vida, Saúde e Alimentação

Atenção aos Direitos Violados

A rede de atendimento à saúde do município ainda precisa avançar para que seja capaz de atender crianças e adolescentes que têm seus direitos violados. Nesses casos, o tratamento para infância e adolescência deve ser especializado por se tratar de indivíduos em situação peculiar de desenvolvimento.

Em Nova Iguaçu existem alguns casos de crianças usuárias de álcool e drogas, o que constitui um problema a ser solucionado. As consequências do uso de entorpecentes na infância são devastadoras, podendo se tornar irreversíveis, afinal as crianças, ainda em fase de desenvolvimento e formação, têm a saúde seriamente prejudicada e ficam suscetíveis à marginalização social. Embora haja casos a serem resolvidos, o município cumpre apenas com parte da sua obrigação, pois oferece ou dá o devido encaminhamento aos casos que demandam atendimento médico psicológico, mas não disponibiliza leitos de internação quando necessário.

Assim como as crianças, os adolescentes usuários de álcool e drogas também sofrem sérios danos físicos, psicológicos e sociais. No município existem muitos casos de adolescentes usuários. Apesar disso, o



município cumpre apenas com parte da sua obrigação, já que oferece ou dá o devido encaminhamento aos casos que precisam de atendimento médico psicológico, mas não disponibiliza leitos de internação.

No que se refere à atenção às violências, Nova Iguaçu está bem preparado, pois oferece atendimento especializado para crianças e adolescentes em casos de violência sexual e de outros tipos.

Além disso, os profissionais de saúde encaminham denúncias de maus tratos a meninos e meninas, o que é essencial para garantir a proteção integral da população de 0 a 18 anos. O município realiza programas de prevenção a acidentes de crianças e adolescentes. Os acidentes, principalmente na infância, são muito comuns por se tratar de uma fase de descobertas e curiosidades.

Condições Ambientais

O saneamento básico do município apresenta alguns resultados, mas ainda precisa avançar para que de fato gere um impacto na saúde, nas condições de vida de sua população e na preservação do meio ambiente. É importante pontuar que são os municípios os principais responsáveis pela gestão e execução das ações e políticas de saneamento básico. A lei federal 11.445 de 2007, também conhecida como lei nacional do saneamento básico, estabelece as diretrizes nacionais destas políticas e apresenta de forma clara o papel



daqueles que devem oferecer os serviços públicos de saneamento. Sobre a oferta dos serviços relativos a essa área alguns pontos se destacam.

Sessão: Vida, Saúde e Alimentação

Apenas parte do município conta com coleta de lixo. Além de não oferecer a todos esse serviço fundamental, a falta de coleta colabora para o aumento de entulhos, sujeira e formas equivocadas de destinação dos resíduos. A destinação recomendada para o lixo residencial é o aterro sanitário, onde o solo é impermeabilizado para proteção do lençol freático e há um maior monitoramento do impacto dos resíduos depositados. Entretanto, o destino mais comum são os lixões, espaços abertos, localizados geralmente na periferia das cidades. Nos lixões os resíduos são descarregados sem medidas de proteção ao ambiente e à saúde pública. O lixo coletado em Nova Iguaçu é depositado em aterro sanitário. Uma questão que tem sido considerada um problema de saúde pública tem sido os resíduos de origem hospitalar. Por isso, a importância de dar destino certo a eles. A incineração é considerada a melhor forma de destino desse tipo de lixo, mas deve ser feita em local apropriado. Em Nova Iguaçu os resíduos de origem hospitalar são incinerados e são depositados em aterros sanitários.

As crianças e adolescentes do município nunca frequentam os locais de depósito de lixo, o que é positivo. Crianças e adolescentes que ficam nesses locais estão expostos aos perigos da poeira, dos objetos cortantes e contaminados, dos alimentos podres e dos movimentos dos caminhões e máquinas.

Apenas parte do município possui

abastecimento público de água, mas é preciso garantir que todos tenham acesso a ela. A água é recurso natural indispensável à adequada qualidade de vida da população. Além de não ser ofertada a todos, somente parte da água fornecida recebe tratamento, procedimento crucial para tirar contaminações que podem transmitir doenças e deixar esse importante recurso em condições adequadas para o consumo.

A coleta de esgoto é ofertada para apenas parte do município, o que precisa ser ampliado a fim de melhorar a saúde da comunidade. A implantação da coleta de dejetos proveniente de banheiros, pias e lavanderias diminui a contaminação da água subterrânea e a proliferação de doenças como cólera, hepatite e leptospirose. Além disso, do esgoto que é coletado, somente parte dele é tratado, o que pode contribuir para a proliferação de outras inúmeras doenças parasitárias e infecciosas e para a degradação do corpo da água.

Nova Iguaçu ainda não possui um Plano Municipal de Saneamento Básico, importante para definir as prioridades de investimento, os objetivos e as metas para o município em relação aos serviços de saneamento. É preciso investir nesse planejamento, dedicando tempo, estudo, e garantindo a participação popular para a tomada de decisões. De acordo com a lei 11.445/2007, a partir de 2014 o plano será obrigatório para que o município receba recursos da União para financiamentos na área.

Sessão: Educação e Profissionalização

Infraestrutura

Em termos de infraestrutura, o município tem conquistas importantes, mas precisa avançar na garantia das condições materiais para o bom funcionamento das escolas, o que influencia diretamente a qualidade do ensino. A existência de instalações adequadas para atender os alunos e os profissionais da educação é fundamental para a construção de um ambiente estimulante à aprendizagem. A seguir, destacamos alguns pontos para subsidiar a reflexão do grupo.

A educação infantil é um direito garantido em lei a todo menino e menina. Nova Iguaçu oferece a etapa de 0 a 3 anos, mas ainda é preciso ampliar o atendimento. O Plano Nacional de Educação trabalha com a meta de ampliar, até 2024, a oferta de educação infantil de forma a atender 50% da população de até 3 anos. Na etapa de 4 e 5 anos, o município tem cumprido a sua parte, mas ainda é preciso ampliar as vagas. Também de acordo com o Plano Nacional de Educação, a meta é universalizar até 2016 o atendimento escolar à população de 4 e 5 anos. No *site* do Ministério da Educação é possível obter mais informações sobre apoio aos municípios para construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.

Em relação às salas de aula, ponto de atenção para a estrutura das escolas, já que somente algumas contam com salas suficientes. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pode se articular com o Conselho de Educação para buscar soluções. O Conselho Tutelar e o Ministério Público são importantes aliados nesse momento. Não basta ter o prédio da escola, a estrutura também precisa ser adequada. No município, todas as escolas contam com banheiros, mas somente parte delas possui rede elétrica em boas condições, o que limita as possibilidades de uso de tecnologias no processo educacional e pode colocar em risco a



segurança de toda a comunidade escolar.

O acesso à água de qualidade é outra condição fundamental para o funcionamento das escolas, o que tem sido garantido somente para parte delas. Trata-se de um cenário muito crítico.

No que se refere à acessibilidade, há avanços no município, já que algumas escolas contam com espaço adaptado para receber pessoas com deficiência. Mas é preciso ampliar essa política e garantir a acessibilidade em todas as escolas.

Os locais para as refeições também devem ser observados. Nesse aspecto, o município registra ponto positivo, já que em todas as escolas tais espaços são apropriados.

Além do cuidado com a estrutura, cabe atenção também para as condições gerais de funcionamento, a começar pela merenda. Em Nova Iguaçu, todos os estudantes do ensino fundamental estão recebendo merenda de qualidade, um importante investimento. No ensino médio, todos os estudantes recebem merenda de qualidade.

O transporte é outro tema que exige atenção. Há transporte escolar no município e os veículos estão em condições adequadas, mas há regiões que não são atendidas. Isso significa que crianças e adolescentes podem estar fora da escola por falta de transporte escolar ou enfrentando situações adversas para chegar até a escola. O Governo Federal possui linhas de crédito e financiamento para apoiar os municípios na implementação do

Sessão: Educação e Profissionalização

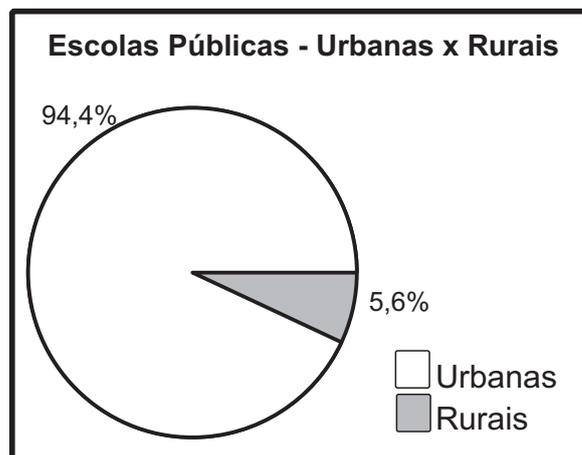
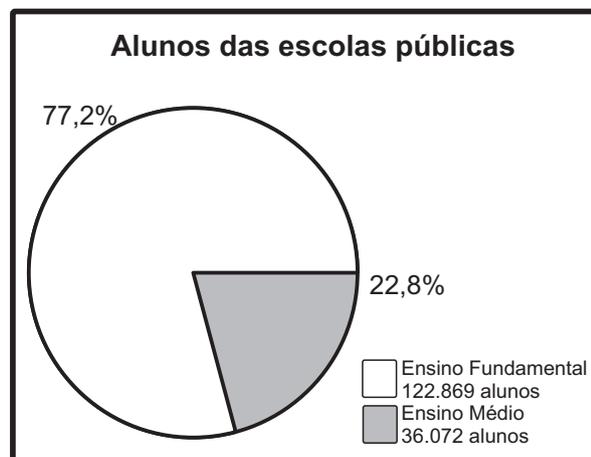
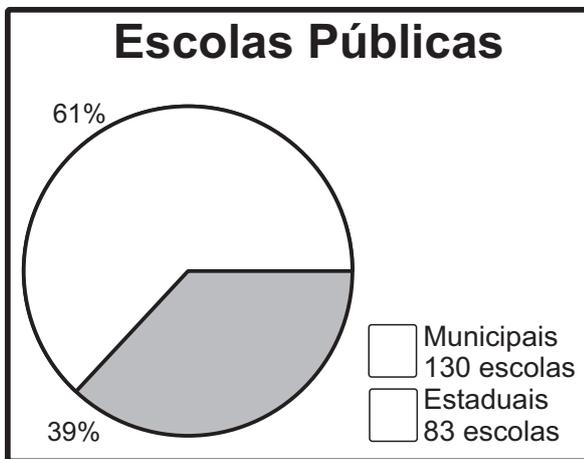
transporte escolar, sobretudo na zona rural, mas as administrações municipais devem investir recursos próprios.

Ainda considerando as condições de funcionamento das escolas, é importante que os estudantes possam contar com a estrutura de laboratórios e de bibliotecas, que são uma realidade somente em parte das escolas. E não basta ter bibliotecas, é preciso também livros didáticos atualizados em todas as escolas. Nesse aspecto, o município registra ponto positivo.

No que se refere à área da tecnologia, a situação do município demanda atenção.

Somente algumas escolas contam com acesso à *internet* e possuem sala multimídias. As tecnologias são importantes aliadas no processo educacional e devem também ser matéria de estudo, para que as crianças e os adolescentes estejam cada vez mais preparados para lidar com as possibilidades e os desafios desse universo. O esporte e o lazer também devem fazer parte da rotina das escolas.

É importante destacar As áreas de esporte e lazer são uma realidade somente em algumas escolas, assim como os materiais esportivos e os brinquedos.



Sessão: Educação e Profissionalização

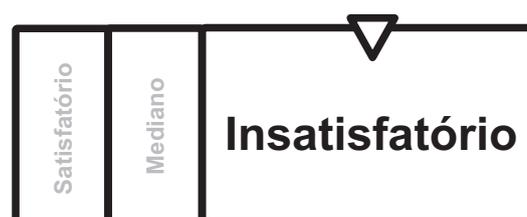
Qualidade do Ensino

Um dos grandes desafios na área da educação diz respeito à qualidade do ensino, e nesse quesito o município apresenta uma situação crítica. Investimentos na formação de professores e a busca pelo aumento do Ideb de cada escola são ações de extrema importância quando tratamos desse tema.

Uma das formas de saber como anda a qualidade da educação do município é observar as taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série. Um dos investimentos fundamentais a serem feitos na educação é a formação constante dos professores, como faz Nova Iguaçu. Mas em outro aspecto há muito a avançar: é importante investir na formação superior dos professores em exercício, lembrando que a formação em nível médio é admitida apenas na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Outro caminho que se consolida como fundamental para a melhoria na qualidade do ensino é o desenvolvimento de políticas de educação integral ou a oferta de atividades fora do horário das aulas. Grande parte das escolas de Nova Iguaçu conta com esse investimento, o que já é muito significativo. Mas é sempre importante lembrar que não basta ampliar o horário de permanência dos estudantes nas escolas, é preciso investir em atividades que promovam, de fato, a formação integral dos meninos e meninas, ampliando seus horizontes nos mais diversos campos do conhecimento.

Para isso, é fundamental o planejamento cuidadoso das ações e o diálogo da escola com toda a comunidade. A participação dos estudantes na vida escolar também precisa ser incentivada. Valorizar a fala e o engajamento dos meninos e meninas em todas as escolas significa acreditar no potencial transformador da criança e do



adolescente. Somente algumas escolas de Nova Iguaçu contam com iniciativas dessa natureza. É importante ampliar esse número. Podem ser ações que não exigem muitos recursos, como a criação de grêmios e conselhos de estudantes. O Ministério da Educação também apoia, por meio do Programa Mais Educação, o desenvolvimento de uma série de atividades, como a criação de rádios escolares. O desenvolvimento da educação precisa contar com a participação das famílias. Somente algumas escolas de Nova Iguaçu têm conseguido trazer as famílias para a vida escolar. Esse diálogo pode representar um reforço fundamental ao desenvolvimento dos estudantes e da própria escola. Vale lembrar que é importante incentivar a presença de toda a família, não apenas da mãe.

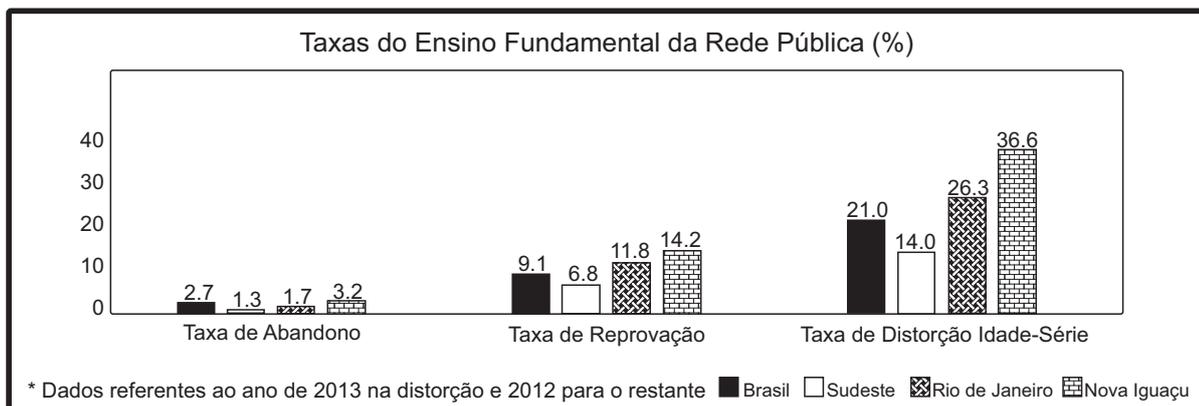
No que se refere à formação das salas de aula, um desafio ainda permanece no Brasil e está presente em Nova Iguaçu: as turmas multisseriadas. Essa forma de organização das salas de aula ocorre, sobretudo, na zona rural, em função das grandes distâncias, do pequeno número de estudantes em uma determinada área e mesmo da pouca disponibilidade de professores. Apesar dos desafios que levam à formação de turmas multisseriadas, é importante perceber que o ensino acaba sendo prejudicado. Os professores têm dificuldades em realizar o atendimento individual dos estudantes e em planejar aulas de turmas em estágios diferenciados.

Sessão: Educação e Profissionalização

Sobre a qualidade da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica permite avaliar duas dimensões fundamentais: as médias de desempenho nas avaliações, ou seja, a qualidade, e o fluxo escolar. Cada escola possui metas projetadas para cada dois anos e, juntas, todas contribuem para que o Brasil melhore seus resultados. Nova Iguaçu não alcançou as metas projetadas para o último ano observado para o 5º ano e para o 9º ano. É importante refletir sobre esses resultados e continuar investindo na qualidade da educação, que irá se traduzir no alcance das metas. Uma estatística que revela uma importante dimensão do ensino e que está relacionada ao Ideb é a taxa de reprovação escolar. Trata-se de uma taxa que exige uma reflexão cuidadosa, já que baixos números podem tanto ser um indicativo positivo da qualidade do ensino quanto representar a aprovação sem critérios. Por isso, o Ideb considera não apenas o fluxo escolar, ou seja, o fluxo de aprovações e reprovações, mas também o desempenho em avaliações sobre a qualidade do ensino. Nova Iguaçu apresenta taxas de reprovação 14,2% no ensino fundamental e 10,6% no ensino médio. Cabe ao município refletir sobre o significado desses dados. É claro que taxas de reprovação altas exigem maior atenção

às condições de aprendizado dos estudantes. As taxas de reprovação vão influenciar a distorção idade-série, ou seja, a relação entre a idade do estudante e a série que ele deveria estar cursando. Nova Iguaçu apresenta uma taxa de distorção acima de 30% no ensino fundamental, um número bastante preocupante e que exige atenção urgente. No ensino médio, a taxa está entre 35% e 45%, o que também é motivo de preocupação.

Um dos grandes desafios da educação brasileira é a permanência dos estudantes nas escolas. Nova Iguaçu apresenta um sinal de alerta em relação ao ensino fundamental, com taxas de abandono entre 3% e 8%. No ensino médio, a taxa está abaixo de 10%. Todos os esforços devem ser feitos para diminuir ao máximo essas taxas. No geral, a série histórica dos dados mostra que a taxa de abandono escolar é maior a partir do 6º ano do ensino fundamental, quando a rotina do estudante passa por importantes mudanças, e se eleva no ensino médio. É muito importante refletir sobre esses números: porque tantas crianças e adolescentes estão desistindo da escola? Veja na tabela abaixo como anda a situação em Nova Iguaçu quando comparada às médias nacionais:



Sessão: Educação e Profissionalização

Profissionalização do Trabalho

Em Nova Iguaçu, são oferecidos cursos para a formação técnico profissional dos adolescentes. Além de um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, essa formação é essencial para a inserção do jovem no mercado de trabalho e para a abertura de novas perspectivas pessoais e profissionais.

Assim, um importante passo já foi dado. O município também registra outros avanços, mas há pontos de atenção.

Os cursos de formação são oferecidos em condições adequadas. Mas ainda é preciso investir na ampliação das vagas. Além disso, é importante estar sempre atento à necessidade de novos cursos. As opções de inserção na aprendizagem muitas vezes ficam restritas a funções administrativas e de pouco interesse para os jovens. Considerando que todas as empresas de médio e grande porte devem empregar uma quantidade mínima de adolescentes aprendizes, há espaço para uma diversidade de atividades. Atualmente, os cursos são oferecidos por: Serviço Nacional de Aprendizagem, escolas técnicas de educação, escolas regulares públicas ou privadas, integrado ao ensino médio, empresas e organizações da sociedade civil.

Um ponto de atenção a se destacar é que somente algumas empresas empregam



aprendizes de acordo com o que estabelece a lei. A Lei Nacional da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 2000) determina que estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem número de aprendizes equivalentes a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Mas é importante lembrar que a Constituição Federal proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a pessoas com menos de dezoito anos e a qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

O desenvolvimento contínuo de campanhas de esclarecimento, como tem feito o município, também é fundamental para o avanço da Política Nacional de Aprendizagem.

Sessão: Cultura, Esporte e Lazer

Profissionalização do Trabalho

Nova Iguaçu registra importantes conquistas na área da cultura, cumprindo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, que destaca: "os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude". Esse investimento representa a garantia de um direito e contribui para o desenvolvimento pleno da população infanto-juvenil.

O município possui vários espaços culturais, o que é bem interessante, mas somente alguns oferecem atividades gratuitas ou com preços acessíveis. É importante compreender que o acesso e o exercício da expressão cultural é um direito, sendo fundamental para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. São responsáveis por esses espaços: governo, entidades, empresas e outros. Os espaços estão em locais que facilitam o acesso de parte da população, um ponto de atenção. Mas todos apresentam boas condições físicas, o que é muito importante.

No que se refere à oferta de atividades para crianças e adolescentes, o município registra uma importante conquista, pois são oferecidas várias atividades culturais dedicadas ao público infanto-juvenil. Essa oferta tem sido garantida por: prefeitura, entidades e outros. É muito importante estimular crianças e adolescentes a conhecerem e valorizarem as várias identidades culturais, tanto nas expressões artísticas quanto no dia a dia de cada um, nas linguagens, na alimentação, no vestuário, na música e em vários outros aspectos.

O investimento nessas ações favorece em crianças e adolescentes a compreensão de si e do outro. Assim, é importante ampliar os esforços e construir uma agenda de trabalho



contínua, já que somente às vezes são realizadas atividades dessa natureza. Têm contribuído para esse trabalho: prefeitura e entidades.

Vale lembrar que as leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2005, tornam obrigatórios, respectivamente, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todos os sistemas e modalidades de ensino e o ensino da história e cultura indígenas em todas as escolas do País.

O município possui ponto de exibição gratuita de audiovisual ou cineclube, o que representa uma importante conquista. Sobretudo em municípios pequenos, tais espaços permitem à população, em especial crianças e adolescentes, conhecer novos mundos. A comunidade também pode dar visibilidade a suas próprias produções. Tais espaços permitem a exibição de filmes, documentários e uma série de produções alternativas que não chegam às grandes telas do cinema.

A política dos Pontos de Cultura ainda não é uma realidade no município. Os próprios municípios podem fomentar a criação desses pontos, valorizando iniciativas culturais já existentes da sociedade civil. Para se articular à política nacional, o município deve solicitar ao Ministério da Cultura a criação de uma rede de Pontos de Cultura, indicando o número de pontos a serem selecionados, que devem ser de no mínimo quatro. Caso seja aprovada, o município recebe apoio do Governo Federal e também deverá fazer investimentos próprios.

Sessão: Cultura, Esporte e Lazer

O município conta com uma secretaria, um conselho e um fundo dedicados à cultura. Isso indica o interesse em tratar a agenda da cultura na perspectiva de uma política pública e de ampliar a participação da sociedade na construção dessas políticas. As leis de

incentivo à cultura são uma realidade no seu município que significam uma importante força no processo de mobilização de recursos para a área. Além disso, organizações locais têm conseguido acessar leis de incentivo estaduais ou federais.

Esporte

O município registra conquistas na área do esporte, mas é preciso avançar para cumprir efetivamente o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. O esporte é fundamental para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, por isso é um direito de toda a população de 0 a 18 anos. A prática esportiva depende não apenas de espaços adequados, mas também de materiais, orientadores e da oferta contínua e planejada de atividades. As escolas são espaços privilegiados para a prática do esporte.

Assim, o município registra um importante ponto positivo, já que a maioria das escolas possui espaços dedicados à prática esportiva. Além disso, alguns desses espaços são abertos à comunidade, o que favorece não apenas o esporte, mas também a integração das escolas ao seu território. Fica o desafio de trabalhar para a abertura das demais escolas. Os espaços existentes nas escolas apresentam boas condições, mas somente alguns contam com equipamentos e materiais esportivos, o que também é fundamental para a prática esportiva.

Uma importante conquista é a existência de vários espaços esportivos fora das escolas e a maioria abertos ao público em geral de forma gratuita ou a preços acessíveis, ou seja, dedicados diretamente à comunidade. São responsáveis por esses espaços:

governo, entidades, empresas e outros. Além de abertos, pelo menos alguns dos espaços estão em locais que facilitam o acesso da população.

Equipamentos e materiais esportivos de apoio estão presentes somente em alguns desses espaços. Ainda mais grave é o fato de que somente alguns dos espaços apresentam boas condições físicas. É muito importante investir na reforma e manutenção dos espaços, garantindo a qualidade das atividades e a segurança das pessoas. As crianças e os adolescentes podem usar alguns dos espaços livremente, o que é importante destacar. Além disso, são oferecidas algumas atividades esportivas gratuitas específicas para os meninos e meninas.

Os eventos esportivos fazem parte da agenda do município, o que favorece o envolvimento de crianças e adolescentes com a prática do esporte. Vale lembrar que o município também pode participar dos eventos esportivos regionais, estaduais e até mesmo nacionais. Mas é importante



Sessão: Cultura, Esporte e Lazer

ficar atento ao fato de que o esporte não deve ser encarado apenas na perspectiva da competição. Mais do que competir, crianças e adolescentes devem ter a oportunidade de participar de uma prática coletiva e cidadã.

O município conta com leis de incentivo ao esporte, o que significa uma importante força no processo de mobilização de recursos para a área. Além disso, organizações locais têm tido acesso a programas estaduais ou federais.

Sessão: Assistência Social

Cras

Apesar do município possuir alguns avanços no que se refere à disponibilização de serviços de Assistência Social (Suas) e ter implantado o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), ainda é preciso ampliar e melhorar suas ações. É importante trabalhar para que os serviços sigam os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

O número de Cras existentes no município é apontado como insuficiente para atender a demanda, embora seja de fácil acesso para a maioria do público alvo. Para conhecer a quantidade mínima de Cras recomendada é preciso observar o que determina a Norma Operacional Básica da Assistência Social, o porte e o nível de gestão do município.

A composição da equipe do Cras é determinante para a capacidade de atendimento e para a qualidade dos serviços executados. No município, a equipe está composta de acordo com o que determina a NOB-RH/Suas em todos os Cras existentes.

Outro ponto positivo é que o município também tem investido em capacitações constantes dessas equipes. Em relação à estrutura física, os Cras contam com salas de atendimento individualizado, mas somente alguns possuem salas de atividades coletivas e comunitárias, o que é bastante complicado considerando que esse equipamento deve ser um espaço de acolhimento e desenvolvimento de atividades de fortalecimento de vínculos.

Outra característica fundamental é contar com espaço físico adaptado a pessoas com deficiência, que é um dos públicos prioritários do Cras. No município, apenas alguns os Cras atendem a essa exigência, demandando intervenção urgente. Computador e *internet* estão presentes somente em alguns Cras, o que pode



dificultar o cadastro e o monitoramento dos casos, assim como a realização de pesquisas e outras atividades necessárias.

As equipes do Centro de Referência precisam ter acesso aos bancos de dados e cadastro dos usuários do sistema. No município, os Cras utilizam o Cadastro Único dos Programas Sociais, mas somente alguns têm acesso ao Cadastro de Beneficiários do BPC, o que é bastante problemático.

Os Cras também precisam contar com o banco de dados de usuários de benefícios e serviços socioassistenciais, presente apenas em alguns Cras, e com o banco de dados dos serviços socioassistenciais, presente em todos eles.

Em relação aos serviços, os Cras desenvolvem o Programa de Atenção Integral à Família, condição essencial e indispensável para o funcionamento desse equipamento. O Paif consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o desenvolvimento do Paif é função exclusiva e obrigatória dos Cras.

O município desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de até 6 anos e suas famílias. As atividades são desenvolvidas nos Cras. Mas o atendimento não tem dado conta da demanda, exigindo novos investimentos. O

Sessão: Assistência Social

Serviço deve prever atividades com as crianças e suas famílias, de forma a assegurar espaços de convivência, criando e fortalecendo vínculos a partir da experiência lúdica. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos é uma realidade no município, mas o atendimento não dá conta da demanda. As atividades são desenvolvidas no Cras. É importante lembrar que as crianças em situação de trabalho infantil, assim como outras em situação de risco social, devem ser incluídas no Serviço de Convivência.

No caso do trabalho infantil, essa é uma condição para a inserção da criança do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O Projovem Adolescente, que também integra os serviços de convivência da Proteção Social Básica, não é desenvolvido no município. É importante lembrar que o público desse programa são jovens cujas famílias recebem o Bolsa Família ou aqueles em risco pessoal e social encaminhados pela Proteção Social Especial. Faz parte do desenho desse programa o desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho.

Dentre os serviços, destacamos por fim o Serviço de Proteção Social Básica no

Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas, que não é desenvolvido pelos Cras do município. Por outro lado, as equipes do Cras desenvolvem ações para promover o acesso dos adolescentes com deficiência que recebem o BPC ao mercado de trabalho, embora alcancem apenas parte da demanda.

Para a implementação dos serviços, os Cras desenvolvem as seguintes atividades: acolhida, estudo social, visita domiciliar, orientação e encaminhamentos, grupos de famílias, acompanhamento familiar, atividades comunitárias, informação, comunicação e defesa de direitos, promoção ao acesso à documentação pessoal, mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio, desenvolvimento do convívio familiar e comunitário, mobilização para a cidadania, conhecimento do território, cadastramento socioeconômico, elaboração de relatórios e/ou prontuários e notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. Mas não desenvolvem: campanhas socioeducativas e busca ativa. O cumprimento dos objetivos de funcionamento do Cras exige, ainda, a articulação com outros serviços, o que ocorre sempre no município. Dessa forma, as ações podem se complementar, corroborando com o objetivo maior de fortalecimento dos indivíduos e suas famílias.

Sessão: Assistência Social

Creas

O município disponibiliza serviços de proteção social especial de média e alta complexidade o que denota organização e compromisso com as famílias em situação de maior vulnerabilidade. Os Creas que atendem o município são bem estruturados, potencializando o bom funcionamento de serviços como o de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosos e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e de Abordagem Social.

O número de profissionais que compõe a equipe dos Creas está de acordo com o número de famílias referenciadas, conforme NOB-RH/Suas. Os trabalhos do Creas visam a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, além do fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e as submetem a situações de risco pessoal e social.

O número de Creas existentes no município é apontado como suficiente para atender a demanda. Mas a localização dos Creas não é de fácil acesso para todos, o que merece muita atenção. Afinal, a proposta dessa política é aproximar os serviços aos usuários. A composição da equipe do Creas é determinante para a capacidade de atendimento e para a qualidade dos serviços executados. No município, a equipe está composta de acordo com o que determina a NOB-RH/Suas em todos os Creas existentes. Outro ponto positivo é que o município também tem investido em capacitações constantes dessas equipes.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)



está presente nos Creas do município e atende a toda a demanda. Esse serviço oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, e deve ser desenvolvido em todos os Creas.

Outra frente de atuação fundamental é o Serviço Especializado de Abordagem Social, que pode ser desenvolvido no próprio Creas, como faz o município, ou em outra unidade referenciada ao Creas.

O Serviço tem como finalidade assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

Em Nova Iguaçu, toda a demanda tem sido atendida. Adolescentes envolvidos com atos infracionais e que recebem as medidas de Prestação de Serviços à Comunidade ou Liberdade Assistida também devem ser atendidos pelo Creas, responsável por acompanhar a execução da medida e fazer os encaminhamentos necessários. No município, o atendimento às medidas de meio aberto tem sido realizado nesse equipamento, seguindo assim o desenho proposto pelo Sistema Único da Assistência Social.

Outro serviço referenciado no Creas é a Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias. Trata-se de um serviço destinado à promoção de

Sessão: Assistência Social

atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direito. O serviço pode ser ofertado pelo Creas, como é feito no município, ou em outra unidade referenciada a ele. Em relação à estrutura física, os Creas contam com salas de atendimento individualizado e salas de atividades coletivas e comunitárias.

Outra característica fundamental é contar com espaço físico adaptado a pessoas com deficiência, que é um dos públicos prioritários do Creas. No município, os Creas atendem a essa exigência. Computador e *internet* estão presentes somente em alguns Creas, o que pode dificultar o cadastro e o monitoramento dos casos, assim como a realização de pesquisas e outras atividades necessárias. As equipes desse equipamento precisam ter acesso aos bancos de dados e cadastro dos usuários do sistema. No município, os Creas utilizam o Cadastro Único dos Programas Sociais, mas somente alguns têm acesso ao Cadastro de Beneficiários do BPC, o que é bastante problemático. Os Creas também precisam contar com o banco de dados de usuários de benefícios e serviços socioassistenciais, que não está presente em nenhum Creas, e com o banco de dados dos serviços socioassistenciais, presente em todos eles.

Para a implementação dos serviços, os Creas desenvolvem as seguintes atividades: acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, monitoramento e avaliação do serviço, construção de plano individual e/ou familiar de atendimento, orientação sociofamiliar, atendimento psicossocial, orientação jurídico-social, referência e contra-referência, apoio à família na sua função protetiva, identificação da família extensa ou ampliada, articulação da rede de serviços socioassistenciais, articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais, articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, trabalho interdisciplinar, estímulo ao convívio familiar, grupal e social, mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio, informação, comunicação e defesa de direitos, promoção ao acesso à documentação pessoal, mobilização para o exercício da cidadania e elaboração de relatórios e/ou prontuários. O cumprimento dos objetivos de funcionamento do Creas exige, ainda, a articulação com outros serviços, o que ocorre sempre no município.

Dessa forma, as ações podem se complementar, corroborando com o objetivo maior de fortalecimento dos indivíduos e suas famílias.

Sessão: Violência, Abuso e Exploração Sexual

Demanda e Cobertura

Apesar dos avanços no atendimento às crianças e aos adolescentes submetidos a situações de violência, abuso e exploração sexual, Nova Iguaçu ainda precisa avançar. Além do registro adequado dos casos, é muito importante que se invista mais no acompanhamento das vítimas e suas famílias por equipes multidisciplinares e na busca permanentemente pelo aprimoramento dos atendimentos às vítimas. O ECA garante o direito de crianças e adolescentes à integridade física, moral e psicológica. No entanto, ainda é comum ver meninos e meninas serem vítimas de variadas formas de violência.

Em Nova Iguaçu, há registro de violências cometidas contra crianças e adolescentes. Independente do número de casos, trata-se de uma situação que exige a mobilização urgente e efetiva de todo o Sistema de Garantia dos Direitos.

Dentre as formas de violência registradas está o abuso e a exploração sexual, situações de extrema gravidade.

Uma grave forma de violência é aquela cometida em espaços institucionais, ou seja, quando a criança ou o adolescente estão em locais que deveriam zelar pela sua proteção. Essa não é uma violência presente no município, mas é importante estar sempre atento.

Os casos registrados no município têm aumentado, mesmo não sendo realizada a busca ativa dos casos. Isso pode significar uma mudança nas condições de vida do município. Nesse caso, é fundamental a articulação dos diferentes atores para a identificação das razões desse aumento e para a intervenção urgente.

A população utiliza dos seguintes canais de denúncia: encaminhamento pelas escolas, encaminhamento pelas equipes de saúde, encaminhamento por entidades ou órgãos da assistência social, diretamente no Conselho Tutelar, diretamente nas delegacias e por



meio de canais anônimos, como o Disque Denúncia.

Para a identificação e o atendimento inicial dos casos no âmbito da defesa e da responsabilização, cada órgão também tem um papel a cumprir. No município, participam desse processo: Conselho Tutelar (recebe e encaminha), Juiz (determina medidas cabíveis), delegacia (recebe e encaminha adequadamente, instaurando procedimentos investigatórios), Instituto Médico Legal (emite laudos comprobatórios) e Ministério Público (monitora os procedimentos jurídicos e criminais). Não têm participado desse processo: médico credenciado (emite exames e laudos comprobatórios da violência).

Tão logo constatada uma situação de violência, é fundamental que haja o acolhimento na rede de saúde. No município, esse atendimento é feito por Hospital de referência (Hospital Geral de Nova Iguaçu).

Nos casos de abuso e exploração sexual, além do atendimento médico, a vítima deve receber toda a medicação recomendada para a prevenção de doenças e da gravidez. Em seu município, todos têm tido esse direito garantido. Após os procedimentos iniciais, todas as crianças e adolescentes vítimas de violência no município recebem acompanhamento psicológico, o que é fundamental para a superação dos traumas. Mas somente algumas famílias têm contado com esse atendimento. Esse é um ponto de atenção.

Além do atendimento médico e psicológico, é importante que as crianças, os adolescentes e suas famílias sejam acompanhados pelos programas da assistência social do município,

Sessão: Violência, Abuso e Exploração Sexual

para que possam superar as condições que levaram à violação. No município, somente algumas vítimas e suas famílias têm sido acompanhadas pela assistência, o que precisa ser revisto com urgência.

Nos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes é importante avaliar a necessidade de inclusão das famílias em programas de geração de renda e de profissionalização. Nenhuma família do município que atende aos critérios desses programas está sendo contemplada.

É urgente o investimento nessa ação, fundamental na superação das condições que possam levar à exploração. Como visto, uma série de indivíduos precisa atuar no enfrentamento à violência e no atendimento aos casos de violação, temas bastante complexos. Por isso, é preciso investir em formações constantes, como faz o município. No que se refere aos agressores, no município, somente alguns têm sido

responsabilizados conforme determina a lei, o que é muito grave. É importante acionar o Sistema de Justiça para que seja verificado o que está acontecendo. A impunidade aumenta o ciclo da violência, uma vez que desestimula e mesmo inibe a denúncia. Além de responsabilizar, é importante compreender que em muitos casos os agressores também precisam receber atendimento médico, sobretudo psicológico. Principalmente nos casos de abuso intrafamiliar, quando agressor e vítima são pessoas próximas. Além disso, o abusador pode sofrer de uma perversão sexual de caráter obsessivo-compulsivo, a pedofilia. Mas é importante entender que nem todo abusador é um pedófilo. Essa generalização é um engano, pois a maioria dos abusadores não se enquadra nessa definição. A rede do município compreende a importância desse investimento, pois garante o atendimento a alguns. Mas é importante avaliar a possibilidade de ampliar essa oferta.

Planos e Ações

A realização de campanhas e planos de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes é extremamente importante para o alcance de resultados substantivos em longo prazo. Nova Iguaçu se atenta ao problema, mas precisa trabalhar mais no desenvolvimento das ações que visam o seu enfrentamento. O problema da violência, nas suas variadas formas de manifestação, exige não apenas o atendimento adequado às vítimas e suas famílias, mas, sobretudo, a constante mobilização em torno do tema. É fundamental desenvolver sempre, como faz o município, campanhas de prevenção e de incentivo à denúncia.

No caso específico da violência sexual, o desenvolvimento de um Plano Municipal representa um importante reforço ao enfrentamento a essa grave forma de violência, o que permite planejar a atuação articulada de diferentes atores do município e também monitorar o andamento dos trabalhos.



O município ainda não conta com um Plano e tem pela frente, portanto, uma importante tarefa a cumprir. O desenvolvimento do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (Pair) é um dos caminhos para organizar em âmbito municipal a política pública em torno desse tema. A finalidade do Pair é a criação e/ou o fortalecimento das redes locais por meio da implantação de ações integradas, possibilitando a articulação e a integração dos serviços, associada à participação social na construção dos processos. O município já desenvolve o Pair, um sinal de que um conjunto de ações já deve estar em andamento.

Sessão: Trabalho Infantil

Mapeamento dos Casos

O município registra um número alto de ocorrências de trabalho infantil e de exploração do trabalho do adolescente, e realiza com frequência estudos e ações para identificar possíveis novos casos. Isso indica um cuidado importante com o monitoramento da realidade, o que é um ponto positivo, mas os dados mostram que é fundamental investir em ações de prevenção e de atendimento às crianças, aos adolescentes e às suas famílias.

Todas as atividades assinaladas pelo município fazem parte da lista das piores formas de trabalho infantil: trabalho doméstico, exploração sexual, tráfico de drogas, trabalho em bares (vendedor, faxineiro etc.), trabalho nas ruas (comércio ambulante, guardador de carro etc.), construção civil, guarda-mirim e outras. São ocupações que expõem gravemente crianças e adolescentes e que, por isso, são proibidas para quem tem menos de 18 anos.

Em alguns casos, como o tráfico de drogas, trata-se ainda de uma situação ilícita. Assim, é urgente investir em ações de prevenção e combate a essas formas de exploração. É



importante estar sempre atento ao mito de que o trabalho precoce educa. O trabalho infantil limita as oportunidades da criança e compromete seu sucesso na escola. Pouca escolaridade e desempenho escolar ruim levam a cargos que não exigem qualificação e possuem baixa remuneração e pouco reconhecimento social. Ao invés de alcançar sucesso no futuro, a probabilidade maior é de que meninos e meninas trabalhadores alimentem um ciclo de pobreza, que se repete a cada geração. Um importante investimento feito pelo município tem sido a realização constante de campanhas de prevenção ao trabalho infantil e incentivo à denúncia. Manter o tema na pauta das discussões é fundamental para o enfrentamento a essa grave violação de direitos.

Peti

Nova Iguaçu registra importantes avanços no enfrentamento ao trabalho infantil, garantindo a adequada execução dos mecanismos previstos pela Política Nacional de Assistência Social. É importante seguir investindo no constante aprimoramento das ações, para que haja sempre um real comprometimento de todos com a superação dessa grave violação dos direitos de crianças e adolescentes.

O município conta com a Comissão de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil



em funcionamento, o que significa um grande passo no enfrentamento a essa grave violação de direitos. Essa comissão é um importante mecanismo de controle social e deve atuar no sentido de monitorar a

Sessão: Trabalho Infantil

realidade e as ações voltadas para o combate do trabalho infantil. Ela pode ser instalada no âmbito municipal e estadual e deve agregar representantes do poder público, sociedade civil, Peti, Conselho da Assistência Social e da rede de atendimento a crianças e adolescentes. É função do gestor da Assistência Social apoiar os trabalhos das Comissões e garantir o acesso de seus integrantes a informações acerca do Peti. As Comissões também devem contribuir com a elaboração dos planos de enfrentamento ao trabalho infantil.

A elaboração do Plano Municipal de Combate ao Trabalho Infantil também é fundamental no processo de construção da política pública. Nova Iguaçu possui um plano, o que significa um importante avanço. É no Plano que as prioridades, as formas de atuação, as responsabilidades e os prazos são definidos. A elaboração do Plano é responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com os diferentes atores envolvidos no tema.

No âmbito do atendimento aos casos, todas as crianças e adolescentes identificados em situação de exploração do trabalho e suas famílias devem ser cadastradas de forma ágil no CadÚnico, instrumento que permite ao Governo Federal acompanhar as informações sobre as famílias de baixa renda. É com base nessas informações, que o Governo Federal calcula os repasses relacionados ao Peti para os municípios e promove a transferência de renda para as famílias, por meio do Programa Bolsa Família. Nova Iguaçu realiza sempre o cadastro, garantindo a atenção adequada às famílias.

O fluxo de atendimento às famílias, após a identificação dos casos, tem sido realizado no município conforme previsto pela política de assistência social. As famílias são encaminhadas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) ou à área de proteção especial da Secretaria

Municipal de Assistência Social, responsáveis por trabalhar com as famílias a superação do direito violado. Após essa intervenção, a família é direcionada para a Proteção Básica, por meio das ações oferecidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do município. É no Cras que as famílias continuarão a ser acompanhadas no sentido de reforçar seu papel protetivo junto à criança e ao adolescente.

Nova Iguaçu oferece o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que faz parte da Política Nacional de Assistência Social. É por meio do Peti que são desenvolvidas as ações de atenção às crianças e aos adolescentes encontrados em situação de exploração do trabalho. Apesar de oferecer o Programa, essa política ainda não tem alcançado todo o público. Embora ofereça o Programa, não tem sido efetiva a retirada de todas as crianças e adolescentes da situação de exploração. Isso significa que embora a família esteja sendo assistida pela política pública, algumas ou várias crianças continuam trabalhando. Essa é uma situação grave, que exige intervenção urgente. Um dos eixos de trabalho do Peti é a inserção das crianças e dos adolescentes nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, das quais participam meninos e meninas em qualquer situação de vulnerabilidade social. Nova Iguaçu tem cumprido o seu papel, ofertando essas atividades, em condições adequadas de funcionamento, a todas as crianças e adolescentes cadastrados no Programa.

É importante lembrar que os serviços de convivência podem ser oferecidos tanto no espaço do Cras quanto em outros espaços públicos ou privados, sem fins lucrativos, no território de abrangência do Cras. O município pode então se articular para inserir a criança em projetos e atividades de responsabilidade da educação, da cultura, da saúde e outros setores. Embora as atividades do Serviço de Convivência e

Sessão: Trabalho Infantil

Fortalecimento de Vínculos não sejam direcionadas unicamente a crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho, é importante que os monitores estejam preparados para lidar com essa violação. Ou seja, o treinamento constante, como faz Nova Iguaçu, é fundamental para que as especificidades dos meninos e meninas encontrados em situação de trabalho irregular possam ser observadas.

As famílias que têm crianças e adolescentes cadastradas no Peti precisam atender a três condições para receber o Bolsa Família: frequência escolar, 85% de frequência nas atividades do Serviço de Convivência e manutenção do cartão de vacinas em dia.

Nova Iguaçu tem realizado o controle da participação nas atividades do Serviço de Convivência. Todas as crianças e adolescentes também precisam frequentar a escola, como tem ocorrido. Como indicado, a frequência escolar deve ser monitorada,

outra exigência que vem sendo cumprida pelo município.

Em relação aos adolescentes, também é importante garantir que recebam formação técnico-profissional de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Aprendizagem. Nova Iguaçu tem garantido essa oferta somente a alguns dos adolescentes inscritos no Programa. É preciso investir na ampliação das vagas. O mercado exige profissionais cada vez mais preparados e qualificados, o que, com certeza, não se alcança com trabalho precoce e em condições inadequadas.

É importante que as famílias também tenham acesso a atividades profissionalizantes. Esse investimento contribui para superar as situações que possam ter levado à inserção precoce da criança e do adolescente no mundo do trabalho. No município, somente algumas famílias estão sendo apoiadas nesse sentido.

Sessão: Medidas Socioeducativas

Demanda e Cobertura

Apesar de Nova Iguaçu ter alcançado avanços no que se refere à garantia de direitos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ainda é preciso caminhar para que as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) sejam cumpridas. É importante lembrar que o Sinase, lei 12.594/2012, ratifica uma série de diretrizes que já deveriam ser cumpridas e responsabiliza aqueles que não zelarem pelo seu cumprimento.

O primeiro passo na efetivação da política pública de atenção integral ao adolescente autor de ato infracional é a elaboração de um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Esse é um dos pontos que exige atenção em Nova Iguaçu, que ainda não possui um Plano Municipal. O Plano tem o papel de articular as áreas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e capacitação para o trabalho. Esse planejamento deve tomar por base o diagnóstico da demanda e da rede local e trazer diretrizes, objetivos, metas, prioridades, fontes de financiamento e modelo de gestão das ações de atendimento para um período de 10 anos. Deve ainda estar em conformidade com o Plano Nacional e Estadual.

Um plano de intervenção também exige recursos. Uma das novidades trazidas pela lei do Sinase é a obrigatoriedade de utilização de parte dos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência no fortalecimento da política de atendimento às medidas socioeducativas, determinação que também não é seguida ainda pelo



município. Esse é um ponto que precisa ser trabalhado. É importante lembrar que os recursos do Fundo da Infância e da Adolescência não podem ser investidos na estruturação do serviço, mas em outras atividades, como na capacitação de equipes e nas ações de monitoramento do Sistema.

No que se refere ao atendimento inicial aos adolescentes autores de ato infracional, Nova Iguaçu tem cumprido parcialmente o que determina a legislação. Os adolescentes aguardam a decisão do juiz em centros de internação de adolescentes, mas o prazo máximo de 45 dias da internação provisória não tem sido respeitado para todos. O ideal é sempre trabalhar para que as decisões sejam dadas da maneira mais ágil possível, evitando a permanência desnecessária dos adolescentes na internação.

O adolescente a quem se atribua ato infracional também tem o direito de ter garantida a sua defesa técnica, assim como deve ocorrer com todo cidadão. Caso não possa contar com advogados particulares, o adolescente tem o direito de ter seu processo acompanhado por um defensor público. Esse direito tem sido garantido aos adolescentes de Nova Iguaçu. Isso significa que o Sistema de Justiça tem se organizado para cumprir adequadamente o seu papel.

Sessão: Medidas Socioeducativas

Prestação de Serviços à Comunidade

O município possui o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o que contribui para a municipalização das medidas socioeducativas e a diminuição de casos de Internação e Semiliberdade. Entretanto, apesar dos avanços do PSC, ainda há fatores a serem melhorados no que se refere à estrutura organizacional e ao seu bom funcionamento. Existem parâmetros estabelecidos pelo Sinase que devem ser cumpridos para que haja um trabalho eficaz à reintegração familiar e sociocomunitária do jovem que comete ato infracional.

Nova Iguaçu conta com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), que oferece o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Isso aponta para o interesse do município em organizar a política dentro do desenho colocado pela Política Nacional de Assistência Social. Importante lembrar que o Ministério do Desenvolvimento Social cofinancia a oferta desse serviço. São disponibilizados aos municípios recursos para cada grupo de 40 adolescentes. O valor é acrescido ao Piso Fixo de Média Complexidade, que já é destinado aos serviços do Creas.

Todas as entidades e programas de atendimento a crianças e adolescentes devem ser inscritas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo aqueles dedicados ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional. O CMDCA de Nova Iguaçu tem cumprido o seu papel. Esse cuidado é fundamental para que o Conselho possa acompanhar as condições dos serviços.

A medida socioeducativa de meio aberto prioriza a responsabilização do adolescente com o apoio da própria comunidade,



favorecendo a sua ressocialização. Para isso, o órgão ou entidade gestora do Programa deve contar com um cadastro de entidades aptas a receberem os adolescentes para a execução da medida. Nova Iguaçu conta com esse cadastro, mas o número de entidades é insuficiente. O processo de cumprimento da medida socioeducativa de meio aberto não se resume a encaminhar o adolescente para uma entidade. A equipe gestora do Programa é responsável por acompanhar cada caso e realizar encontros periódicos com os adolescentes.

Nova Iguaçu conta com uma equipe multidisciplinar, o que é fundamental para garantir a atenção integral aos direitos desses jovens. Mas ainda é preciso garantir formações constantes para essa equipe. Quando um adolescente recebe uma medida socioeducativa, o seu cumprimento depende da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. Em Nova Iguaçu, essa determinação não tem sido cumprida, o que representa uma situação grave. Vale lembrar que o Plano deve ser elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável. O documento deve contar, no mínimo, com: os resultados da avaliação interdisciplinar; os objetivos declarados pelo adolescente; a previsão de suas atividades de integração social e/ou

Sessão: Medidas Socioeducativas

capacitação profissional; atividades de integração e apoio à família; formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e as medidas específicas de atenção à sua saúde.

A participação da família é fundamental em todo o processo de cumprimento da medida socioeducativa. Em Nova Iguaçu, esse trabalho ainda vem sendo realizado de maneira pontual. É importante ampliar os esforços voltados para o fortalecimento dos vínculos familiares.

O Sinase garante a atenção integral ao adolescente autor de ato infracional e a educação é um dos direitos fundamentais a serem observados. É papel da equipe gestora do programa garantir a inserção dos adolescentes no ensino regular, independente da idade ou da série, como tem sido feito em Nova Iguaçu. Mas também é preciso garantir a inserção em atividades e cursos de profissionalização, o que ainda não é uma realidade para todos os adolescentes

em cumprimento de PSC. Para que o adolescente possa construir uma nova trajetória precisa ter perspectiva de vida, o que só pode ser garantido com uma formação educacional e profissional de qualidade.

A atenção integral à saúde é outro direito fundamental do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e que tem sido garantido a todos os adolescentes de Nova Iguaçu que se encontram nessa situação. Dentre as garantias colocadas pelo Sinase, destacamos a necessidade de cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências; a disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde.

Liberdade Assistida

O município conta com programa de Liberdade Assistida (LA) que, assim como o PSC, tem papel importante na municipalização das medidas socioeducativas e na diminuição de casos de Internação e Semiliberdade. Apesar dos avanços, ainda é preciso trabalhar na melhora de questões estruturais e de funcionamento do LA, a fim de alcançar as recomendações do Sinase e atingir os objetivos de seu trabalho.

Nova Iguaçu conta com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), que oferece o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Isso aponta para



o interesse do município em organizar a política dentro do desenho colocado pela Política Nacional de Assistência Social.

Importante lembrar que o Ministério do Desenvolvimento Social cofinancia a oferta desse serviço. São disponibilizados aos municípios recursos para cada grupo de 40 adolescentes. O valor é acrescido ao Piso Fixo de Média Complexidade, que já é destinado aos serviços do Creas.

Sessão: Medidas Socioeducativas

Todas as entidades e programas de atendimento a crianças e adolescentes devem ser cadastrados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo aqueles dedicados ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional. O CMDCA de Nova Iguaçu tem cumprido o seu papel. Esse cuidado é fundamental para que o Conselho possa acompanhar as condições dos serviços.

A medida socioeducativa de liberdade assistida exige um acompanhamento próximo e integral ao adolescente. Por isso, é muito importante contar com uma equipe multidisciplinar e que receba formações constantes como é realizado em Nova Iguaçu.

O município tem garantindo outra condição importante para a efetividade do processo de escuta e orientação dos adolescentes: a disponibilidade de um espaço adequado, reservado, que garanta a privacidade e o sigilo dos casos. Quando um adolescente recebe uma medida socioeducativa, o seu cumprimento depende da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. Em Nova Iguaçu, essa determinação não tem sido cumprida, o que representa uma situação grave. Vale lembrar que o Plano deve ser elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável. O documento deve contar, no mínimo: os resultados da avaliação interdisciplinar; os objetivos declarados pelo adolescente; a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional; atividades de integração e apoio à família; formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e as medidas específicas de atenção à sua saúde.

A medida socioeducativa de liberdade assistida tem duração mínima de seis meses e deve ser reavaliada periodicamente, com base no desenvolvimento do Plano Individual de Atendimento do adolescente. Em Nova Iguaçu essa avaliação está sendo realizada a cada seis meses, como determina a lei.

A participação da família é fundamental em todo o processo de cumprimento da medida socioeducativa. Em Nova Iguaçu, esse trabalho ainda vem sendo realizado de maneira pontual. É importante ampliar os esforços voltados para o fortalecimento dos vínculos familiares. O Sinase garante a atenção integral ao adolescente autor de ato infracional e a educação é um dos direitos fundamentais a serem observados.

É papel da equipe gestora do programa garantir a inserção dos adolescentes no ensino regular, independente da idade ou da série, como tem sido feito em seu município. Mas também é preciso garantir a inserção em atividades e cursos de profissionalização, o que ainda não é uma realidade para todos os adolescentes em cumprimento de LA.

Para que o adolescente possa construir uma nova trajetória precisa ter perspectiva de vida, o que só pode ser garantido com uma formação educacional e profissional de qualidade. A atenção integral à saúde é outro direito fundamental do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e que tem sido garantido a todos os adolescentes de Nova Iguaçu que se encontram nessa situação. Dentre as garantias colocadas pelo Sinase, destacamos a necessidade de cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências; a disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde.

Sessão: Medidas Socioeducativas

Internação e Semiliberdade

A internação é a medida socioeducativa mais severa. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, só poderá ser aplicada quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reinteração no cometimento de outras infrações graves; e pelo descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Além disso, deve se orientar pela brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O regime de semiliberdade também é uma medida restritiva, que pode ser aplicada desde o início, ou como forma de progressão do regime de internação. O adolescente mora em um local específico para esse fim e pode realizar atividades externas.

A faixa de avaliação apontada toma por referência a forma como o adolescente do município tem sido assistido nos casos de internação e de semiliberdade. É importante ver que, nesse caso, o enfrentamento dos problemas exige articulações em âmbito municipal e estadual, já ambas as medidas são de responsabilidade do estado. O Estatuto também determina que a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes.

Em Nova Iguaçu, os adolescentes têm tido esse direito respeitado na medida em que são encaminhados para um centro socioeducativo em outro município. Sabemos que não é possível criar uma unidade de internação em cada município, mas o adolescente deve ser encaminhado para a unidade mais próxima e ter garantida



a participação da família no processo de cumprimento da medida. Nesse sentido, Nova Iguaçu tem cumprido um importante papel garantindo recursos para que os jovens internados em outros municípios recebam visitas de seus familiares.

Na medida socioeducativa de semiliberdade, o adolescente reside em um local dedicado exclusivamente a esse fim e pode realizar atividades externas. Por isso, é importante que a medida possa ser cumprida o mais próximo possível de sua casa, como ocorre em Nova Iguaçu. As unidades de semiliberdade que recebem adolescentes do município contam boa estrutura de funcionamento. Quando um adolescente chega a ser envolvido com um ato infracional, uma série de questões pode estar envolvida. Para se ter uma ideia, a maior parte dos adolescentes que cumprem medida de internação no país estavam fora da escola quando cometeram o ato. Por isso, um aspecto fundamental que precisa ser trabalhado é a família desse jovem. Nova Iguaçu tem dedicado esforços a esse importante investimento, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares do adolescente autor de ato infracional e, dessa forma, para a superação de algumas das condicionantes que podem o ter levado para essa trajetória.

Sessão: Convivência Familiar e Comunitária

Demanda e Cobertura

Em Nova Iguaçu, há casos de crianças e/ou adolescentes que precisaram ser afastados de seus responsáveis. Os motivos apontados foram: negligência dos pais, abandono, situação de rua, pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas, devolução por colocação familiar mal sucedida, abuso sexual ou suspeita, responsáveis impossibilitados por motivos de doença, conflito familiar, risco na comunidade, orfandade e pela sua própria conduta.

É importante compreender que para cada uma dessas situações há um conjunto de ações que podem ser mobilizadas nas áreas da saúde, educação, profissionalização e outras. Todas as decisões de casos de afastamento da criança e/ou do adolescente de seus responsáveis foram amparadas com autorização judicial e baseadas em um estudo diagnóstico.

De acordo com as orientações técnicas dos serviços de acolhimento, o estudo deve incluir uma criteriosa avaliação dos riscos a que estão submetidos a criança ou o adolescente, as condições da família para a superação das violações de direito observadas e o provimento de proteção e cuidados.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade abrange um conjunto de serviços para o atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

Para o acolhimento de crianças e adolescentes, o município conta com Programa de Acolhimento Institucional (entidade de abrigo) no próprio município e



Programa de Acolhimento Institucional em outro município.

Somente alguns programas existentes estão inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que é uma exigência para o funcionamento de qualquer serviço de atendimento à população de 0 a 18 anos. Apesar disso, tais programas têm sido reavaliados em média a cada dois anos, como determina a lei.

Outro cuidado fundamental é a elaboração de um Projeto Político Pedagógico por parte dos serviços de acolhimento. No município, esse documento está presente somente em alguns dos serviços, o que demanda atenção. Para garantir que as entidades governamentais e não governamentais executem os serviços de acolhimento conforme determina a legislação e as orientações técnicas, o Conselho Tutelar, o Judiciário e o Ministério Público têm um importante papel.

No município, todas as entidades vêm sendo fiscalizadas por esses órgãos. Uma das formas de apoiar os investimentos na política de promoção da convivência familiar e comunitária é a utilização dos recursos do Fundo da Infância. O Estatuto determina que parte dos recursos do Fundo deve ser aplicada em ações relacionadas ao acolhimento de crianças e adolescentes, o que ainda não vem sendo realizado pelo município.

Sessão: Convivência Familiar e Comunitária

Atendimento

O atendimento às crianças e adolescentes que precisam ser afastadas do convívio familiar precisa ser ofertado pelo município de forma mais qualificada por meio de equipe multiprofissional capacitada para agilizar os procedimentos de reintegração familiar. No que se refere à dimensão do atendimento, o primeiro passo é contar com uma equipe que possa acompanhar os casos, apoiando o trabalho dos serviços de acolhimento e das equipes do judiciário. No município, há uma equipe dedicada a esse trabalho, que conta com os seguintes profissionais: psicólogo, assistente social, cuidador/educador e auxiliar de cuidador/educador.

Mas não têm sido oferecidas formações constantes. A equipe pode apoiar, por exemplo, a construção do Plano de Atendimento Individual e Familiar, que deve ser elaborado logo que a criança e/ou o adolescente ingresse em um serviço de acolhimento.

No município, somente alguns meninos e meninas nessa situação contam com o Plano de Atendimento, que deve conter, dentre outros itens: os resultados da avaliação interdisciplinar, os compromissos assumidos pelos pais e responsáveis e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária. É importante garantir que o Plano seja elaborado para todas as crianças e adolescentes afastados de seus responsáveis. O Plano de Atendimento é fundamental, portanto, no planejamento das ações a serem desenvolvidas para manter e fortalecer os vínculos, sempre que não



houver impedimento legal para isso.

Em Nova Iguaçu, são desenvolvidas as seguintes ações para trabalhar esses vínculos: incentivo a encontros da família de origem com a criança/adolescente, trabalho da equipe técnica com a família e a criança/adolescente e visitas domiciliares da equipe técnica à família.

Outra frente de atuação fundamental é o investimento no fortalecimento das famílias, contribuindo para que sejam superadas as situações que possam ter levado ao afastamento. As orientações técnicas dos serviços de acolhimento apresentam e detalham uma série de possibilidades de trabalhos nesse sentido. No município, têm sido desenvolvidas encaminhamento e acompanhamento de integrantes da família à rede local, de acordo com demandas identificadas: psicoterapia, tratamento de uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, geração de trabalho e renda, educação de jovens e adulto, entrevista individual e familiar, visita domiciliar, orientação individual, grupal e familiar, estudo de caso, articulação com os demais atores envolvidos no acompanhamento da família e atendimento em grupos de mães/pais/famílias.

Em relação à participação da criança e do adolescente no processo de acolhimento, é importante que sejam criados espaços de escuta, que estimulem a expressão dos meninos e meninas, como ocorre nos serviços de acolhimento do município. Isso

Sessão: Convivência Familiar e Comunitária

deve ser feito para além dos momentos formais em que há previsão de escuta.

A criança e o adolescente devem poder opinar sobre as condições dos locais em que se encontram e sobre as condições do próprio atendimento. É uma forma de estimular a autonomia desses sujeitos. A participação da criança na vida da comunidade é, por exemplo, uma das situações que devem ser

pactuadas coletivamente. Ir à padaria, fazer tarefas escolares na casa de um amigo, assistir a uma apresentação cultural são atividades que fazem parte da vida de qualquer menino e menina e que não devem ser impedidas para aqueles que estão em um serviço de acolhimento. No município, somente algumas crianças e adolescentes nessa condição participam da vida da comunidade.

Infraestrutura

Nova Iguaçu precisa avançar na oferta dos serviços de acolhimento nas diversas modalidades, cuidando da infraestrutura e espaços específicos que possibilitam o atendimento individualizado e a preservação dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos, conforme previstos no ECA e normativas dos conselhos. As condições dos espaços físicos das instituições que realizam acolhimento são também determinantes para a adequada realização dos serviços.

No município, todas as instituições contam com sala para a equipe técnica e espaço para a coordenação e para as atividades administrativas. Os espaços para estudos estão presentes somente em algumas das instituições, o que compromete o processo de aprendizagem das crianças e dos adolescentes. Brincar também é um direito e para isso é preciso espaços adequados. Mas somente algumas das instituições de acolhimento contam com áreas de lazer. Todas as instituições contam com espaços para refeições e cozinha, ambientes fundamentais em qualquer casa.



As instituições também precisam estar preparadas para a diversidade. Nesse sentido, é importante que os espaços sejam adaptados para receber pessoas com deficiência, o que ainda não ocorre plenamente no município.

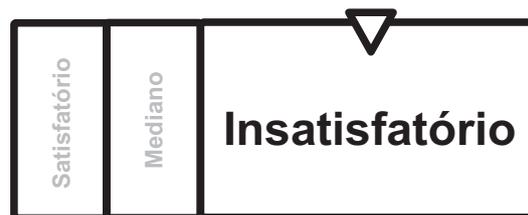
Cabe lembrar que essas instituições, sejam governamentais ou não, executam um serviço público, o que as obriga ainda mais a serem espaços que possam receber a todos. Os espaços devem respeitar, ainda, a individualidade dos meninos e meninas. Cada um deve ter a sua cama, como tem ocorrido no município, e um local para guardar os seus pertences, o que é uma realidade apenas para alguns.

Sessão: Convivência Familiar e Comunitária

Serviço de Acolhimento Familiar

Nova Iguaçu não desenvolve o serviço de acolhimento familiar. Trata-se de uma modalidade que permite a colocação das crianças e adolescentes afastados de seus responsáveis em residências de famílias cadastradas até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.

Assim como nos demais serviços, esse acolhimento exige o trabalho intenso com a família de origem, inclusive com a participação da família que recebe temporariamente a criança. É importante que o município avalie a viabilidade de



estruturação desse serviço, que pode permitir a colocação da criança em um ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e a convivência comunitária. Mas há um conjunto de diretrizes e regras a serem observadas e o programa depende de autorização judicial para funcionar.